

Título¹: Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI

E a luta continua!²

Title: Eduardo Chivambo Mondlane in XXI century

And the struggle goes on!

**Titre: Chivambo Eduardo Mondlane au XXIe siècle -
Et la lutte continue**

Nilce da SILVA

RESUMO

Este artigo é fruto do trabalho de pesquisa bibliográfica do Grupo de Pesquisas “Estudos sobre populações migrantes no Brasil e no mundo: o papel da instituição escolar”, apoiado de 2004 a 2006 pela FAPESP, e, desde 2004, pelo CNPq. Neste texto, apresentaremos para o leitor a vida e obra de Eduardo Mondlane (sua família, seus estudos, seus ideais e realizações). Destacaremos também, neste sentido, a importância do poeta Craveirinha na obra do referido líder moçambicano. Para que possamos compreender este homem, abordaremos aspectos pertinentes ao território moçambicano antes da invasão dos portugueses, durante e após. Sendo assim, a formação da FRELIMO será destacada. Finalmente, dedicaremos algumas páginas deste material sobre Moçambique sem a presença de Mondlane após seu brutal assassinato e a atualidade de suas idéias e ações tanto para o país que ajudou a libertar como para outros que possuem histórias semelhantes.

Palavras-chave: Eduardo Mondlane, Herói nacional, Moçambique, (des)colonização Portuguesa, Problemas atuais em Moçambique

¹ Excepcionalmente, este trabalho ultrapassa o número de páginas estipulado pelas normas editoriais desta Revista. Entretanto, o conselho editorial achou por bem publicá-lo para que, com este número 6 desta Revista, pudéssemos atender plenamente os objetivos traçados no âmbito do Edital 06/2007 - PROÁFRICA - Chamada 2, Projeto “Resgate da memória social e o papel da Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa como suporte prático-teórico em favor da Lei 11.645/08”.

² Livro com a mesma temática foi aprovado para publicação pela editora Terceira Margem. Encontra-se no prelo, sem previsão de lançamento.

ABSTRACT

This article is a result of bibliographical research made by the Group of Research “Studies about migrante populations in Brazil and in the world: the paper of school institution”, supported between 2004/ 2006 by FAPESP, and, since 2004, by CNPq. In this text, we will present for the reader the life of Eduardo Mondlane (his family, his studies, his ideals and other important aspects). We will also make salient, in this direction, the importance of Craveirinha, poet, for Mondlane’s ideas. To understand this man we will also approach some aspects of Mozambiquean territory before, during and after the Portuguese invasion. This way, FRELIMO’s formation will be emphasized. Finally, we will dedicate some pages of this material to write about some actual problems in Mozambique, without Mondlane’s presence after his brutal murder and the actuality of his ideas and actions to the country that he helped to liberate and to other ones whose histories are similar.

Index terms: Eduardo Mondlane, National Hero, Mozambique, Portuguese (dis)colonization, Actual Problems in Mozambique.

RÉSUMÉ

Cet article est le résultat du travail d'une recherche bibliographique du Groupe de Recherche « Études sur les populations migrantes au Brésil et dans le monde : le rôle de l'institution scolaire », soutenue par FAPESP de 2004 à 2006, et, depuis 2004, par le CNPq. Dans ce texte, nous présenterons au lecteur la vie et l'oeuvre d'Eduardo Mondlane (sa famille, ses études, son idéal et ses réalisations). Nous détacherons aussi, dans ce sens, l'importance du poète Craveirinha dans l'oeuvre de Mondlane. Pour comprendre cet homme, nous aborderons des aspects concernant le territoire mozambicain avant, durant et après l'invasion des Portugais. Cela étant, la formation de FRELIMO sera détachée. Finalement nous consacrerons quelques pages de ce matériel sur Mozambique sans la présence de Mondlane et après son brutal meurtre, ses idées si actuelles et ses actions au profit du pays qu'il a aidé à libérer, et concernant tous ceux qui eux à leur tour possèdent des histoires semblables.

Mots-clés: Eduardo Mondlane, héros national, Mozambique, décolonisation portugaise, problèmes actuels au Mozambique

Introdução

“Quem dança não é aquele que levanta poeira. Quem dança é aquele que inventa seu próprio chão.”

(Provérbio moçambicano)

Wuthlari ri kumiwa a ndlheleni.

A sabedoria encontra-se no caminho.

Origem Geográfica: Sul de Moçambique.

Idioma: Changane.

Eduardo Mondlane (1969)³



Escrever tal artigo sobre Eduardo Mondlane foi tarefa desafiadora pelo menos por dois motivos: o desconhecimento que temos acerca da

³ Imagem possivelmente reduzida e protegida por direitos autorais com direitos autorais www.uc.pt/cd25a/media/ing/ing.edumond.htm

história de Moçambique e a posição de herói moçambicano ocupada por Mondlane.

Dentre nós, brasileiros, quando falamos da África, temos na memória especialmente os fatos que se referem ao período da escravidão. Sabemos que este ensino incompleto não nos permitiu conhecer o que foi a colonização portuguesa no nosso país e muito menos nas antigas colônias portuguesas em praticamente 500 anos de história.

A história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses e que, muito distante do que muitos divulgam, os povos que vieram por força da colonização portuguesa tinham sua organização em estágio, muitas vezes, mais adiantado que outros povos da mesma época e que, como consequência de uma colonização predatória, tiveram seus futuros interrompidos. Em suma, todo este saber nos tem sido negado fortemente aliado ao colonialismo anterior e ao neo-colonialismo atual.

Quanto ao segundo fator que apontamos acima, que diz respeito ao conceito de “herói”, nesta introdução gostaríamos de fazer algumas breves considerações no intuito de oferecer ao leitor, além de um pouco de conhecimento sobre Moçambique, o nosso ponto de vista acerca da construção do “herói nacional”. Dentre as possibilidades de “ser herói”, “ser herói nacional”, como Eduardo Mondlane, tem a característica principal de ser símbolo da construção de uma nação e assim termina por ser interiorizado em cada moçambicano e para além das vulnerabilidades destes. Desta forma, para cada época e para cada nação, um modelo de herói nacional é construído e que, sob estas condições, transforma-se, (re)constrói-se frente às modificações enfrentadas pela nação que lhe conferiu o título.

Deste modo, o herói Eduardo Mondlane, hoje, não é o mesmo daqueles anos que antecederam a independência de Moçambique. Apesar

destas transformações, que pretendemos demonstrar ao longo deste pequeno artigo, Mondlane é ainda hoje, século XXI, uma figura que reforça a idéia de nação moçambicana. Ele é figura presente na memória de muitos dos que estão vivos e que viveram com ele, que lutaram com ele contra os portugueses e que choraram ao lado do seu corpo esfacelado. São estas as pessoas, as próximas de Mondlane, que hoje tecem narrativas sobre o mesmo em pelo menos duas direções, que serão tratadas nesta obra: sacralizando-o ou destruindo-o.

Mondlane, especificamente, como herói nacional, tem e teve suas raízes exaltadas, conforme demonstraremos a seguir. O discurso sobre ele construiu-se sobre a coragem e valentia, evocando um futuro promissor para os moçambicanos, ensinando para estes a história comum do povo africano antes da chegada dos colonizadores e a necessária união entre as diferentes etnias para que a submissão humana e a exploração da África chegassem a um fim. Ou seja, Mondlane é um herói fundador da e para a nação moçambicana: comandou grupos que até então eram rivais para que Moçambique nascesse como país.

Conforme demonstraremos nas páginas que seguem, Moçambique ainda não conseguiu ter uma língua veicular comum. O Português é apenas oficial e é dominado por uma pequena parcela da sociedade. O país também sofre de absoluta pobreza e, deste modo, as palavras de Mondlane – E a luta continua! – do nosso modesto ponto de vista, são mais do que necessárias e atuais.

Dados sobre a vida do grande Chitlango, questão do assimilacionismo, seus ideais

Eduardo Chivambo Mondlane, símbolo do nacionalismo moçambicano, nasceu em Khambani, no distrito de Gaza, Moçambique, em

20 de junho de 1920, e faleceu em 03 de fevereiro de 1969 quando foi assassinado por uma encomenda – bomba, provavelmente, preparada pela polícia portuguesa. Neste dia, é comemorado o Dia dos Heróis Moçambicanos e, sem dúvida alguma, Modlane é um deles na medida em que foi um dos fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) por meio da qual lutou pelos fins dos laços coloniais entre Moçambique e Portugal.

Era um homem chegado às letras. Gostava de escrever e, por isso, fez várias autobiografias, cada qual de acordo com o período que vivia e levando em consideração seus potenciais leitores do momento. Escreveu também vários panfletos, documentos e textos no âmbito da FRELIMO.

Interessou-se, ainda moço, em aprender a língua portuguesa para que, seguindo os conselhos de sua mãe, ao dominar este instrumento poderia descobrir os mistérios do colonizador.

Estudou em diferentes escolas no seu país e no exterior: na África do Sul, em Portugal, onde foi terrivelmente perseguido, do ponto de vista político, como os demais estudantes africanos que ali estavam nos anos 1950 e nos Estados Unidos. Neste país norte-americano, titulou-se doutor em Sociologia e Antropologia.

Foi também nas terras americanas que Eduardo Mondlane casou-se e, neste processo, pode conhecer um pouco mais sobre as relações sociais e os preconceitos, já que a família de sua esposa foi contrária à união entre ele e Janet por diferentes motivos.

Trabalhou para a Organização das Nações Unidas, de 1957 a 1961, no âmbito dos territórios que viviam sob a tutela desta organização. Logo em seguida, assume o cargo de professor de Sociologia na *Syracuse University* em Nova Iorque.

Voltou para Moçambique para concluir a profecia que sua mãe lhe comunicara quando era ainda criança e via-se humilhado por seus colegas, também cuidadores de gado. Esta mulher escreveu a história que hoje apresentaremos para o leitor: a história de um homem que foi escolhido, pela sua ancestralidade, na sua linhagem, para ser fiel ao povo e conduzi-lo na luta pela liberdade, pois ele era um Chitlango, filho do chefe.

Aqui uma explicação, faz-se necessária. Segundo Matsinhe (2001, p. 182-183), "O sistema **assimilacionista**⁴ português recorreu a diversos tipos de retórica, de maneira geral, tendo como referência a superioridade atribuída à cultura portuguesa e sua conseqüente 'obrigação moral' de tutelar os 'povos atrasados'". E ainda, "Não obstante a enunciação grande eloqüente da sua 'missão civilizadora', os portugueses estabeleceram obstáculos limitativos na carreira dos nativos que aspiravam ascender à categoria de 'assimilado', através da implementação de um sistema educacional direcionado para o trabalho braçal ou burocrático, com o propósito de treiná-los como auxiliares na administração e como mão-de-obra barata para os empreendimentos econômicos". Ou ainda, de acordo com Thomaz (2001), conferia-se legalmente o estatuto de "assimilado" – um "alvará de cidadania".

Dilma de Melo Silva, em seu trabalho de doutoramento (1984), apresenta-nos uma clara definição da situação do “assimilado”, *status* que não existiu no processo de colonização do Brasil. Portugal instituiu um aparelho de serviços de administração colonial para exercer sua dominação política e conseqüente exploração econômica. Em 1911, é criado um Ministério das Colônias que estabelece o regime de descentralização nas colônias portuguesas, afirmando que cada uma delas poderia ter suas próprias leis de acordo com o estado de civilização das mesmas. Este

⁴ Grifo nosso.

Ministério tinha um estatuto que definia como indígenas as pessoas de raça negra e os seus descendentes até que viessem a adquirir os hábitos individuais e sociais considerados indispensáveis para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

Para adquirir esses direitos, conforme Silva (1984), o *indígena* deveria ser *assimilado*, ou seja, obter os hábitos civilizados, aprendendo a língua, sendo alfabetizado, exercendo profissão, tendo bom comportamento e não sendo desertor: não era o caso de Eduardo Mondlane.

Imigrou para os Estados Unidos. Neste país, encontrou aquela que seria sua esposa: uma moça que freqüentava a mesma igreja que ele e que defendia a justiça entre as pessoas e os povos da perspectiva a-política. Janet Mondlane tinha na época 22 anos e ele, 36 anos; interessava-se por África e, desde os nove anos, conforme ela relata, o seu sonho era ir para este continente e trabalhar como médica junto aos menos desfavorecidos.

Além desta diferença, dentre outras que não eram aceitas pela família de Janet, contrária à união, ela era branca e pertencia à alta classe média americana. Seu pai era engenheiro mecânico. Eduardo, ao contrário, vinha de uma família polígama da zona rural de Moçambique e era negro.

A família de Janet mobilizou todas as pessoas possíveis para que os dois desistissem desta idéia: amigos e autoridades da igreja, colegas e professores de Mondlane, dentre outros. Porém, nada fez o casal, que teve três filhos – Eduardo Chivambo Jr., Jannifer Chude e Nyeleti Brooke – mudar de rumo. Depois de seis anos de casamento, o professor decide deixar seu trabalho na Universidade de Syracuse, Nova Iorque, e decide retornar à África para organizar a liberação de Moçambique junto com Janet que se envolveu profundamente nesta luta.

Em 1961, visitou Moçambique e, por meio de diferentes contatos

com nacionalistas, conclui que as condições necessárias para a libertação de Portugal estavam postas. A hora havia chegado. Chivambo não viu seu país libertado dos portugueses, pois em 03 de fevereiro de 1969, com 48 anos, foi morto por uma bomba.

Diversos são os documentos – textos, panfletos, autobiografias – que se constituem como referências para conhecermos um pouco do pensamento de Eduardo Mondlane. Dentre as fontes consultadas, há que se ressaltar a sua concepção sobre a colonização portuguesa enquanto a responsável pela miséria em que vivia o povo moçambicano e, portanto, deveria ser exterminada. Para ele, o povo de Moçambique tinha deixado para produzir para si próprio, tinha sido reduzido à escravidão, com sua força de trabalho enriquecia a burguesia portuguesa (ligadas a outras burguesias). Moçambique teve suas riquezas naturais controladas e exploradas por invasores que não satisfaziam as necessidades dos donos da terra.

Além deste aspecto, Eduardo se referia à África Austral como território continente sul-africano que tinha a mesma ancestralidade. Em 1966, afirma:

“Em primeiro lugar, todos nós pertencemos à nossa família lingüística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem das palavras, mesma estrutura de frases e períodos. Antigamente, todos nós pertencíamos ao mesmo grupo étnico ou tribal. Mas através dos séculos nossos antepassados emigraram de uma parte de África a outra, resultando em comunidades com formas e expressões diferentes mas com muitos elementos comuns” (FRELIMO, 1975, p. 35). Ou seja, para ele as diferentes tribos ou grupos étnicos que lutavam entre si, na verdade, tinham aspectos culturais semelhantes, tais como: a importância atribuída às redes de parentesco, locais, sociais baseadas na reciprocidade; as trocas econômicas baseadas e sustentadas na responsabilidade social dentro duma

comunidade claramente definida, fundamentadas na justiça e equidade.

No documento, ele ainda acrescenta:

“A facilidade relativa com que os portugueses conquistaram e construíram partes do nosso país desde o século XVI, a conquista do sul de Moçambique desde o século passado e a imposição da sua autoridade até setembro de 1964, foi em grande parte resultado das divisões tribais e étnicas do nosso povo” (FRELIMO, 1975, p. 36).

Desta perspectiva, Mondlane defendia a necessidade da luta armada, na medida em que, tendo em vista a agressividade do invasor, a guerra pela libertação era a única alternativa.

(...) as nossas crenças sobre a origem e o destino do espírito humano são as mesmas. Os nossos antepassados ensinaram-nos a acreditar que enquanto o corpo humano morre e apodrece, a sua alma ou espírito vive para sempre e é capaz de influenciar a vida daqueles que ainda vivem. Todo o africano tem uma atitude dinâmica ou animista perante todos os seres com ou sem vida; daí sermos considerados animistas (FRELIMO, 1975, p. 35).

A força para esta luta em meio a tanta adversidade se encontrava na obra de um dos seus contemporâneos, o poeta José Craveirinha (1922-2003), apenas dois anos mais novo do que ele, já que as “armas” deste – as palavras – iluminavam os corações e as mentes tantos dos revolucionários, que partiam em massa para Dar-Es-Sallam, dispostos à guerrilha, como de grande parcela da população que sofria calada.

Seus textos iluminavam as trevas lançadas sobre os moçambicanos nos longos anos de período colonial português. Ele contribuiu fortemente para que muitos moçambicanos, excluídos de vida digna, pudessem se conscientizar da situação em que viviam e, por isso, ficou encarcerado por cinco anos, período em que, longe de calar-se, escreveu de modo a ser compreendido também pela população não escolarizada, já que sua poesia

se parecia com a comunicação oral:

"Do ponto de vista da construção poética, essa ligação se adensa na evocação da tradição oral, fenômeno assinalável em variados aspectos. Sem hesitação, muitos dos poemas de Craveirinha assumem uma tonalidade narrativa que parece refletir o quadro da interlocução que é própria da comunicação oral" (Chaves, 2005, p. 149). Apreciemos o poema BOCA do poeta inspirador de Eduardo:

Jucunda boca

deslabiada a ferozes

júbilos de lâmina

afiada.

Alva dentadura

antónima do riso

às escâncaras desde a cilada.

Exotismo de povo flagelado

esse atroz formato

da fala

Ou ainda, em FÁBULA, temos a situação de miserabilidade vivida pela infância de Moçambique que, pela dor provocada, deu forças para Mondlane dedicar-se à libertação do seu povo. E ainda, exploração tanto dos recursos naturais pelos portugueses, deixando às crianças moçambicanas mergulhadas na indignidade.

Menino gordo comprou um balão

e assoprou

assoprou com força o balão amarelo.

Menino gordo assoprou

assoprou

assoprou

o balão inchou

inchou

e rebentou!

Meninos magros apanharam os restos

e fizeram balõezinhos

Não menos lúcido e belo é REZA MARIA. Nessa obra, Craverinha consegue, com seu modo didático de escrever, explicar a situação de escravidão em que vivia o moçambicano e contra a qual deveria lutar, ainda que com armas e até a morte. As “bestas”, os “cães”, as “crias”, os “vermes” são os homens e mulheres moçambicanos:

Suam no trabalho as curvadas bestas

e não são bestas

são homens, Maria!

Corre-se a pontapés os cães na fome dos ossos

e não são cães

são seres humanos, Maria!

Feras matam velhos, mulheres e crianças

e não são feras, são homens

e os velhos, as mulheres e as crianças

são os nossos pais

nossas irmãs e nossos filhos, Maria!

Crias morrem à míngua de pão

vermes na rua estendem a mão a caridade

e nem crias nem vermes são

mas aleijados meninos sem casa, Maria!
Do ódio e da guerra dos homens
das mães e das filhas violadas
das crianças mortas de anemia
e de todos os que apodrecem nos calabouços
cresce no mundo o girassol da esperança
Ah! Maria
põe as mãos e reza.
Pelos homens todos
e negros de toda a parte
põe as mãos
e reza, Maria!

Em suma, Craveirinha, do mesmo modo que Mondlane, não se deixa abater e mostra a sua esperança na possibilidade da construção de uma nação chamada Moçambique.

Eduardo e a luta por Moçambique: antes, durante e depois da chegada dos portugueses

Em muitos dos textos que Eduardo escreveu – autobiografias, textos académicos, material para organização da FRELIMO – observamos os estudos meticolosos feitos por Mondlane acerca da África austral. Por meio destes, conhecemos um pouco acerca das migrações que ocorrem em África antes das chegadas dos portugueses; em seguida, trataremos dos reinos e da disputa de poder entre diferentes grupos e linhagens na África austral, contexto que permitiu a entrada do colonialista no território, sendo pelo mesmo largamente utilizado para a manutenção da exploração colonial, como bem ressalta Mondlane.

O nome “moçambique”, de acordo com História de Moçambique (FRELIMO, 1971), veio do nome de um árabe Musa ai Bique, que talvez era sheik ou sultão na ilha de Moçambique, quando os **portugueses** lá chegaram 1498. Porém, **antes da chegada destes**, a região da África austral foi ocupada por diferentes povos e berço de inúmeras etnias fruto das migrações africanas, bastante intensas até o século XVIII.

Os homens e mulheres se deslocavam em grupo em etapas não superiores a 100 quilômetros, percurso que durava, em torno de, dois ou três dias, por diferentes motivos. Destacamos: fuga diante de ameaça militar, da possibilidade de se tornarem escravos e ou morrerem. Neste contexto, e não menos importantes, foram os movimentos sócio-econômicos que procuravam encontrar terras aptas para o cultivo da terra, livre de secas, bem irrigadas e distantes de epidemias.

Segundo a citada obra da FRELIMO, antes da chegada dos povos Bantu - que significa “gente” – na África austral, esta era povoada pelos Hotentote e Khoisan – a quem os portugueses tratavam erroneamente por Bosquímanos – “gente do mato”. Estes últimos compunham um pequeno grupo e caracterizavam-se pela pequena estatura. Viviam de caça de animais e de pesca e de frutos silvestres. Nunca aprenderam a construir casas. Eram nômades. Os outros, mais altos e mais fortes, eram criadores de gado. Confiscaram as terras pertencentes aos Khoisan e estes fugiram para as terras secas do deserto de Calahari, onde se encontram até hoje.

O terceiro e último grupo que chegou à região, inclusive a Moçambique, foi o dos Bantu. E, segundo a referida obra citada acima, a maioria do povo de moçambique é de origem Bantu, Bantu Meridional, mais especificamente.

A migração das tribos Bantu da África Equatorial Oriental para a África Austral deu-se em três vagas sucessivas: a primeira, dos Macua e

Ajau (região entre os rios Rovuma e Zambeze); a segunda, dos Ndau e Chona (região situada entre o Zambeze e o Limpopo) e, finalmente, a última vaga trouxe que para a África Austral três grupos de tribos: os Bechuanas, os Xosas e os Zulus.

De todos estes povos, há que se destacar para que compreendamos a história de Moçambique e o homem Eduardo Mondlane, que dentre as tribos Chona, (Manhica, Zezuru, Kalanga, Ndau e Korekore, falantes da língua Chona) vindas na segunda vaga de ocupação acima mencionada, a tribo Makaranga, fundadora do Império de Monomotapa (Mwanamutapa), que se estendia pelo vasto território do Zambeze ao Limpopo e do Deserto de Calahari ao Oceano Indico. Tal Império, formado por diferentes tribos sedentárias, que teve como capital Dzimbabwe (sede política e espiritual), entre os séculos XII e XVIII, era constituído por relações feudais entre mineiros, agricultores, comerciantes e o Rei, Senhor das Minas, o Monomotapa.

Por volta de 1420, tendo em vista a morte do último rei, ocorre violenta luta pelo poder dentre os diferentes grupos que formavam o Império Monomopata, sendo que os Rozwi se destacaram e fortaleceram. Mutota assume o poder e dá início à construção de um grande Império teocêntrico, do Zambeze ao Limpopo, submetendo as tribos Manica e Quiteve.

Mutota instalou a capital no Noroeste do Império perto do rio Uteve na colina Chitako. A sua capital era Zimbabwe (cidade-realeza feita de grandes blocos de pedra). A ele estavam submetidos diversos reinos vassalos que lhe pagavam impostos anuais em gêneros. Dentro de cada um destes reinos, havia uma camada de funcionários que controlava o trabalho do povo nas minas, do rei, e na agricultura, e ainda, uma próspera camada de comerciantes que se realcionavam com os árabes de modo especial. Estes

vinham à procura de minérios, marfim, madeiras raras e, um pouco mais tarde, de escravos que comerciavam na península arábica e na Índia, em troca de tecidos, pérolas, produtos medicinais, produtos de luxo. Tal comércio era feito em diferentes portos do Pacífico.

Certos clãs, que se instalaram nas zonas mais ricas em minério, começaram a acumular uma maior riqueza do que os demais especialmente porque já tinham desenvolvido inúmeras técnicas de mineração e fundição de metais. A repartição das riquezas dentro dos clãs foi pouco a pouco perdendo o carácter de igualdade; assim certos chefes de clãs tornaram-se mais ricos do que os restantes membros. Ou seja, havia a exploração do homem pelo homem, situação que provocava descontentamento da maioria da população.

Segundo a “História de Moçambique” (1971), dentro de cada tribo uma divisão de trabalho foi aparecendo: mineiros, agricultores, pastores e comerciantes. Os chefes das tribos, estando unidos, podiam assim mais facilmente fazer face a toda espécie de exigências da população tribal, que começava a sentir que o antigo sistema igualitário de distribuição das riquezas ia desaparecendo. Era frequente ver os guerreiros duma tribo a lutar contra o povo duma outra tribo que se rebelara contra o seu chefe. Os chefes tribais começaram a dominar pela força e a antiga democracia tribal ia enfraquecendo.

Em 1450, Mutota morre e seu filho Matope foi seu sucessor, governando com o mesmo espírito conquistador do seu pai. Para tanto, reuniu grande exército por meio do qual subjugou vários reinos que se mostravam desejosos a assumir seu lugar e, para tanto, muitas vezes, deixavam de pagar seus impostos.

À luz da obra produzida pela FRELIMO em 1971, sabemos que Matope dividiu o Império em várias províncias e cada uma destas recebia

como governante um membro da sua família. Tal política baseada no nepotismo fez com que o reino Monomotapa atingisse o auge da riqueza e prosperidade, ainda que de modo superficial já que imposto pela força e pela astúcia. Neste contexto, os árabes, ao perceberem a fraqueza das relações que unia o reino, aproveitavam-se da situação e instigavam os reinos que brigassem entre si apenas para obterem o mais baixo valor possível dos metais comercializados.

Com a morte de Matope em 1480, inúmeras guerras, revoltas e conflitos se instalam neste território que acabam por enfraquecer o Império que começa a dividir-se. Entre 1500-1600, houve o declínio do Império que se dividiu em duas dinastias: Monomopata e Changamire. Ou seja, não houve o desaparecimento das civilizações de base, entretanto, os portugueses se beneficiam por este enfraquecimento e chegam à costa de Moçambique.

A partir de então, intensifica-se o comércio de escravos. No entanto foi um comércio que não atingiu as proporções da costa ocidental da África. Estes escravos destinavam-se à Índia, enquanto que os escravos da costa ocidental eram enviados para o Brasil e o resto do continente americano. Na mesma direção, o comércio entre africanos e árabes é destruído pela interferência do português nas distintas instâncias das duas dinastias que, neste momento, não possuíam chefes capazes de promover a união entre os povos, no máximo conseguiam estabelecer frágeis alianças entre as tribos.

De acordo com *História de Moçambique* (FRELIMO, 1971), a civilização do Monomotapa durou a partir do ano 1000 até 1830, altura em que os zulus, nas suas migrações para o Norte, destruíram os restos que ainda ficavam do Império. A decadência deste império começou a manifestar-se depois da chegada dos portugueses. Estes tinham a intenção de conquistar e dominar enquanto que os árabes se limitavam a comerciar.

No século XV, os **portugueses lançaram-se às grandes navegações** e, para tanto, mostravam-se bem preparados do ponto de vista das ciências náuticas que permitiam viagens distantes. Tinham como objetivo chegar à Índia para comercializar os produtos desta região na Europa e ampliar mercado consumidor. As expedições em direção à África, no início, limitaram-se à costa ocidental do continente. Entretanto, como a Europa se interessava pelas mercadorias que vinham da Índia, os “grandes navegadores” não tardaram fazer o contorno africano, ou ainda, a dobrar o cabo das Tormentas, depois, da Boa Esperança. Vasco da Gama fez a primeira viagem de exploração e, em 1498, aportou em Inharrime (Terra da Boa Gente) e depois Moçambique. De acordo com a tese de Dilma de M. Silva (1984), durante vários anos de colonização, entre os séculos XV e XVIII, a presença dos portugueses limitou-se aos entrepostos comerciais, não havendo nenhuma preocupação em colonizar e fixar a população no local, como ocorreu em Cabo Verde, Angola, Moçambique e no Brasil. Deste modo, efetivava-se o comércio de grupos escravizados no chamado comércio triangular entre Europa, África, América. Apenas no final do século XVIII e início do século XIX, o pacto colonial foi abolido com a expansão do capitalismo europeu. O comércio escravocrata declinou, sendo a escravidão abolida nas diversas colônias europeias. A partir daí, surgiu um maior interesse pela penetração no interior do país, tendo início então a conquista do território.

Segundo a obra *A História de Moçambique* (1971), ao voltar das Índias, Vasco da Gama passou por Quelimane e Sofala. Foi em Sofala que ele ouviu falar de um reino do interior rico em ouro. Em Sofala, encontrou também mercadores árabes que de longe vinham trocar os seus produtos com o ouro e ferro vindos do Império do Monomotapa.

Não apenas os africanos lamentaram a chegada dos portugueses no Oceano Índico, esta foi desastrosa também para os árabes, já que perderam o papel de intermediários entre a Índia e os países europeus.

Os portugueses construíram diversas fortalezas no litoral moçambicano com o objetivo de controlar o comércio do ouro produzido no país e, por isso, atacavam os árabes, até quem, em 1530, expulsaram os árabes do Sena e, neste período também, já tinham alcançado o interior de Moçambique.

Concomitantemente, as guerras entre as diversas províncias do antigo Império do Monomotapa continuavam, situação que facilitou enormemente o estabelecimento dos portugueses na região.

Além do interesse na Índia e no ouro de Moçambique, os portugueses, neste continente, dedicavam-se a um tipo de comércio na época: a escravidão. E, com esta perspectiva, os portugueses se beneficiaram com as guerras entre as tribos da região.

Os portugueses aproveitaram-se do costume africano de aprisionar seus inimigos e começaram a capturar africanos para enviá-los como escravos para a Índia, Portugal e Brasil, sendo que, da costa oriental, os mesmos partiam com maior frequência para a Ásia.

Desta forma, tendo em vista a debilidade política instalada na região, a ameaça árabe e os atrativos existentes, pouco a pouco os portugueses se instalaram em Tete, Sena, Quelimane, dentre outras localidades. Para estes locais, enviavam degredados e missionários católicos, fatos que incomodavam mais e mais os chefes africanos locais.

Mesmo assim, o Monomotapa resistia. Em 1571, venceu frente a 1.000 soldados portugueses; em 1574, em Manica, mesmo com o apoio dos Quiteve e dos Changamire, aliados dos portugueses. Apenas, durante o período em que Portugal viu-se subordinado ao rei da Espanha que as tribos desta região puderam descansar dos inúmeros ataques lusos. Tanto que, no final do século XVI, os portugueses eram obrigados a pagar impostos para

diversos reis da região (Cf. FRELIMO, 1972).

Nesta pausa da dominação portuguesa, as guerras pelo poder continuavam entre as diversas tribos do território. O estado Monomotapa estava praticamente destruído e a vida política resumia-se aos, ainda poderosos, chefes locais que, muitas vezes, uniam-se contra os portugueses. E assim, a civilização do Monomotapa, no início do século XVII, começa a florescer.

Entretanto, assim que Portugal se libertou da Espanha inicia novamente suas ações colonizatórias.

Neste início de século, Goa era o centro administrativo – com um vice-Rei pleno de poderes – de todo este extenso Império situado no Oceano Índico. O mesmo era dividido em pequenas capitânias. Conforme obra da FRELIMO (1971), na costa oriental da África existiam três capitânias, subdividas em feitorias: Moçambique (ilha), Sofala e Mombassa, cada qual com seus governadores que durante três anos tinham poderes absolutos na região, e, como contra-partida, deveriam pagar elevada quantia de impostos ao Vice- Rei.

Cada uma das capitânias possuía várias feitorias. Desta forma, as feitorias de Tete, Quelimane e Sena pertenciam à capitania de Moçambique e a feitoria de Manica pertencia à capitania de Sofala. Ressaltamos ainda que os contatos entre o Vice-Rei, governadores e feitores eram muito demorado e as relações estabelecidas entre tais administradores não eram caracterizadas pela transparência e lealdade.

Nos fins do século XVI e nos princípios de XVII, o Monomotapa era Gatse Rusere, o Mambo. Este tinha boas relações comerciais com os portugueses e, por ser extremamente ambicioso e almejar ao poder, facilitou a exploração dos portugueses sobre as riquezas naturais e população da

região, com a esperança de obter vantagens pessoais.

Tais procedimentos provocaram grande descontentamento entre o povo. Neste contexto, um chefe Chunzo, apoiado por outro chefe, Chicanda, revoltou-se contra esta situação.

Gatse Rusere pediu apoio aos portugueses neste confronto e para obtê-lo prometeu enviar o herdeiro do Monomotapa para estudar em Goa, onde os Dominicanos fariam dele um instrumento na pacificação, e revelar aos portugueses a localização das minas de ouro (Cf. FRELIMO, 1971).

Apesar desta forte ligação e das inúmeras lutas travadas entre Gatse Rusere contra as tribos locais, em 1613, Rusere aliou-se aos holandeses para expulsar os portugueses do território. Estes não desistiram da empreita e partiram para a conquista do território moçambicano por outros caminhos.

Praticamente na mesma época, em 1615, chega dos estudos feitos em Goa o filho mais velho de Gatse Rusere. Deste modo, colhendo os frutos do seu antigo acordo com os portugueses, seu filho, D. Filipe, entrega para estes a localização das minas, colocando um fim na parceria iniciada por Rusere, cujo falecimento em 1623 promove grande luta entre seus sucessores, D. Filipe e Capranzine, fato bem aproveitado pelos portugueses e holandeses.

De acordo com a obra “História de Moçambique”, em 1618, para que pudesse obter maiores lucros, os portugueses mudaram o sistema administrativo de Moçambique que passa a ter um governador – o Capitão dos Rios de Cuama, rio Zambeze – ainda que dependente do Vice-Rei de Goa.

A partir de então, Capranzine e Mavura, seu tio, travam numerosas batalhas entre si. Sendo que o primeiro dominava melhor o terreno aurífero e o outro, declarou vassalagem ao rei de Portugal. Ele foi batizado na

religião católica, juntamente com sua família.

Apesar de todas estas reverências, os portugueses não estavam satisfeitos com Mavura e atacam seu sobrinho que, após várias batalhas, entrega-lhes algumas minas.

Foi então, sob a chefia de Mavura, que inúmeras famílias de portugueses e indianos instalaram-se no território moçambicano, com direito à terra que era cultivada pelos escravos feitos pelos portugueses. Estas famílias receberam o nome de “prazeiros” e, por meio deste sistema de propriedade da terra por um prazo por, aproximadamente, três gerações, a colonização de Moçambique começou de fato. Ainda, neste governo que durou 22 anos, foram permitidas a construção de diversas igrejas católicas na região.

Durante os anos que se seguiram, o povo nativo da região continuava descontente. E apesar da resistência que alguns chefes fizeram à ocupação portuguesa – como Changamire que conseguiu reestabelecer, pela última vez na história, o Império Monomotapa - a mesma estava definitivamente instalada, com toda a fragilidade destes conquistadores, submissos a outras potências européias que se beneficiavam dos diferentes territórios sob o domínio português. Deste modo, a aliança militar entre portugueses e a relação de vassalagem que existira entre as diferentes tribos, agora enfraquecidas, não se justificavam mais. Não havia mais perigo de revolta popular (Cf. FRELIMO, 1971).

Sabemos que o sucessor de Changamire foi Dombo, título, pois o nome deste chefe é desconhecido. Este não possuía o título de Monomotapa, apesar de ser a continuidade possível do reino dos Monomotapa, continuou a dominar no território que ia do Limpopo até ao Zambeze em que se localizavam os reinos Rozwi e Karanga.

No ano de 1830, os guerreiros zulus invadiram este território e destruíram-no completamente.

Ao contrário do que parece, de acordo com obra da FRELIMO (1971), os Zulus não eram tão distantes assim do reino Monomotapa. Vejamos:

Os Ngoni, antigo povo Bantu, subdividiam-se em três grupos: os Ngwane, os Ndwandwe e os Mthethwa que lutaram inúmeras vezes entre si a tal ponto de formarem um dos melhores exércitos, contituídos por grupos etários, de que se tem notícia em África, o do chefe Dingiswayo (1740), pertencente ao último dos grupos destacados.

Do seu exército, fez parte Tchaka, filho do herdeiro do trono dos Zulu, que não pôde ser, inicialmente, criado próximo ao seu pai já que este engravidara sua mãe, Nandi, antes de ser circuncidado, contrariando os costumes do seu grupo. Tchaka destacou-se pela sua bravura. Logo, se tornou muito querido por Dingiswayo, a ponto de falecer em batalha para tomar à força o trono Zulu a pedido de Tchaka que, frente à morte do seu chefe, assume o poder dos Mthethwa, organizando o grupo de modo rigoroso e militar. Tal postura, fez dos, agora chamados, Zulu, um grupo extremamente forte e guerreiro que chegou a submeter os Ndwandwe, sob o exército de Zwide na batalha de Gokoli, que se dividiu em três grupos: um que foi para o Alto Incomate e outros dois, dirigidos por Soshangane e Zwangedaba, foram instalar-se em Moçambique ao sul do Limpopo.

Segundo a obra da FRELIMO consultada, a batalha de Gokoli marca uma etapa decisiva na carreira de Tchaka e foi o ponto de partida do que se chamou o Mfecane, ou seja, as migrações para o norte de muitas tribos Ngoni, dominando todo o território que ia desde a Delagoa Bay (Lourenço Marques) até ao rio Tugela. Neste período, tendo em vista a crueldade de Tchaka, o terror instala-se pelas diferentes populações.

Finalmente, há que se destacar que, dentre os muitos grupos que fugiam do domínio de Tchaka, o do filho de Zwide, Sikuniana, que em 1826 foi refugiar-se junto de Soshangane, que organizou um exército segundo os moldes zulus.

Soshangane ficou em Delagoa Bay (Lourenço Marques) até 1828. Zwangedaba já tinha partido para o norte. Tal como Tchaka fazia, Soshangane foi aplicando a todas as tribos que ia vencendo a obrigação de lhe pagarem tributos, apoderando-se das mulheres e dos rapazes para os incorporar ao exército, até formar um grande Império, a que deu o nome do clã de seu avô Gaza (CF. FRELIMO, 1971).

Tal Império, do Zambeze a Lourenço Marques, combateu fortemente, por volta de 1830, os portugueses que se encontravam na referida região. Entre 1856 e 1859, Soshangane morreu e a sucessão passou para seu filho Mawewe que, por ter sido impopular, foi exilado na Swazilândia, deixando o trono para seu irmão Muzila que reinou até 1885, aproveitando-se do conflito existente entre portugueses e ingleses. Foi sucedido por seu filho Gungunhana. Seu poder, garantido inclusive por um exército que contava com cerca de 15.000 homens, dos quais 2.000 armados com espingardas, deixava os portugueses temerosos. Por isso, logo depois da conferência de Berlim, Antônio Enes foi enviado a Moçambique para conquistar, por fim, o Império de Gaza. Muitas batalhas ocorreram entre eles. Cabe ressaltar, na direção da resistência, a rainha da região de Maputo cujo nome era Zâmbia. Esta, inspirada por Gungunhana, lutou contra sua própria família para resistir à dominação portuguesa. Há que destacar também o nome de Maguinane que atacava pequenos postos das milícias portuguesas.

Neste período, destacou-se como combatente português Mouzinho de Albuquerque que comandou inúmeras batalhas sangrentas para

conquistar a região com o seu batalhão de cavalaria, sendo que em 1896, conseguiu invadir o sul de Lourenço Marques.

Segundo a FRELIMO (1971), a partir de 1880, o comércio já não estava nas mãos dos comerciantes e mercadores, mas sim nas mãos de grandes companhias capitalistas de carácter monopolista. Estas companhias prosseguiram no seu intento de incorporar regiões e países inteiros, valendo-se da monocultura e de escravizar a população africana. E, em 1900, quase toda a área de Moçambique estava ocupada por estas companhias. Dentre elas, destacou-se a Companhia de Moçambique – que tinha o monopólio do comércio, da indústria mineira, da pesca, das pérolas, da caça dos elefantes, da construção de estradas, estradas de ferro, portos, dos meios de comunicação e dos bancos – cujo capital viera da Alemanha, Inglaterra e da África do Sul. Destas inúmeras atividades, nem 10% dos lucros eram destinados aos portugueses.

Sendo assim, durante algumas décadas, toda a riqueza de Moçambique era expropriada e contribuiu para o engrandecimento de diferentes nações europeias.

De acordo com Silva (1984), após a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir, por toda a África, os primeiros movimentos pela independência nacional, e os povos das colônias portuguesas mostraram-se sensíveis às transformações do pós-guerra. Em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné surgem manifestações visando à libertação. Desta maneira, segundo a referida autora, não foi por acaso que esses movimentos, que se constituíram em organizações políticas para dirigir a luta, surgiram na mesma ocasião. Além das condições político-econômicas da África, para qualquer análise histórica do período, temos que pensar na natureza e características semelhantes da dominação fascista do governo português, nas colônias e na metrópole, e seus métodos de exploração.

Silva (1984) afirma em sua tese de doutorado que, desde 1926, com a instauração do fascismo salazarista em Portugal, a exploração das colônias africanas se faz com empresas capitalistas inglesas, francesas, americanas, alemãs. E foi graças ao apoio dessas potências que Salazar se manteve no poder após a Segunda Guerra Mundial. A situação em Portugal era péssima: 46% da população era analfabeta, imperando a miséria e a opressão, com a censura e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) encarregando-se de calar qualquer esboço de protesto.

No mesmo trabalho acadêmico, temos que, nas décadas de 20 e 30, começam a surgir em jornais e outras publicações da metrópole, denúncias de abusos e arbitrariedades praticadas por autoridades coloniais. Ao mesmo tempo, vão aparecendo nas colônias associações legais de tipo cultural e recreativo que divulgam valores africanos. E, nos anos 40 e 50, fundam-se diversas associações de jovens e estudantes das colônias portuguesas. Na África, coube a Angola iniciar guerra de libertação em 1961, seguida por Guiné-Bissau (1963) e, depois, por Moçambique (1964).

Em Moçambique, especificamente, dois acontecimentos são apontados como os tendo despertado: 1- O primeiro deles ocorreu em 1961, em Maputo, provocado pela greve dos estivadores que foi fortemente reprimida causando a morte de 49 trabalhadores. 2- O segundo foi o massacre de Mueda (norte de Moçambique), em junho de 1960, onde foram barbaramente assassinados 17 negros.

Como se constata, o povo moçambicano sofria e, conseqüência da sua história, feitas pela disputa pelo poder entre diferentes reis e etnias, que ignoravam sua origem comum e não conseguiam se concentrar contra o invasor europeu, por volta dos anos 50, ocorre a organização de três organizações nacionalistas. De acordo com o Centro de Documentação 25

de Abril da Universidade de Coimbra (2007)⁵, o movimento emancipalista moçambicano sofreu forte influência das populações emigradas na Tanzânia, Malawi e Zâmbia, países independentes desde o início da década de 60, e cujos habitantes das zonas fronteiriças pertenciam, muitas vezes, aos mesmos grupos étnicos supranacionais. Os exilados da pequena burguesia nativa das cidades do Sul vieram a converter-se nos principais dirigentes do movimento. A estes vieram a juntar-se, mais tarde, os exilados procedentes da pequena. São elas: *Maconde African National Union*, que mais tarde se transformou em *Mozambique African National Union* ou União Nacional de Moçambique (MANU); União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e União Nacional para Moçambique Independente (UNAMI).

A MANU foi a primeira organização a se formar. Foi fundada em Tanganica em 1959. Em seguida, temos a constituição da UDENAMO por Adelino Gwambe, com apenas 19 anos de idade, em 18 de Outubro de 1960. Esta foi organizada na Rodésia do Sul (atual Zimbabwe). Seus membros procediam em grande parte de Manica e Sofala, Gaza e Maputo. Finalmente, a UNAMI surge em 1961, na antiga Niassalândia (atual Malawi), com base em emigrados das zonas de Tete, Zambézia e Niassa.

De acordo com o colaborador do Centro de Documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra, Carlos Fontes, o processo unificador destes partidos foi assumido em especial pela UDENAMO que convocou para janeiro de 1962, uma reunião com o MANU e a UNAMI. Neste se organizou o Comitê de Unificação dos Movimentos Nacionalistas de Moçambique, presidido por um dirigente da UDENAMO, Uria Simango, filho de pastor protestante.

Finalmente, em 25 de junho de 1962 pela fusão destes três

⁵ <http://www1.ci.uc.pt>

movimentos, surge a FRELIMO e para sua presidência foi escolhido Eduardo Mondlane como presidente, por não proceder de qualquer dos grupos anteriores.

A FRELIMO e a luta armada

As primeiras organizações de libertação nacional moçambicanas foram: a MANU (1959), UDENAMO (1959) e a UNAMI (1961). Elas foram fundadas por emigrantes moçambicanos em colônias inglesas da África Oriental (Tanzânia, Malawi e Rodésia, respectivamente). Em 1962, por influência de Julius Nyerere (Presidente da Tanzânia), estas organizações fundem-se numa única frente de combate: a FRELIMO, sob a direção de Eduardo Mondlane. Da obra *Datas e documentos históricos da FRELIMO* destacamos a seguinte passagem acerca da fusão destas organizações:

“(...) oposição ao poder colonial num só movimento – a FRELIMO – reunindo todos os objectivos numa só finalidade concreta: a libertação do povo sob o jugo colonial e a vitória total através de uma única e exclusiva condição: Moçambique- nação, Moçambique- país.

(...) Assim, esperamos ter dado o nosso modesto contributo para a história da FRELIMO no processo de luta armada contra a opressão que culminou na derrota do colonialismo em Moçambique e na implantação do Governo Popular sob a liderança política da FRELIMO” (1975, p. 8).

Um dos fatos que mobilizou fortemente a população moçambicana nesta direção foi o Massacre de Mueda.

Em seu livro *Lutar por Moçambique*, Modlane afirma que o “Massacre de Mueda” foi mais uma das respostas truculentas dadas pelos portugueses quando o povo moçambicano manifestava-se contra às suas

condições de vida. Em 16 de junho de 1960, agricultores reuniram-se em Mueda para exigirem do Governador a criação de cooperativas. Depois de longa discussão sem acordo, os portugueses fizeram uso das armas e assim: Esta manifestação, embora passasse despercebida no resto do Mundo, actuou como catalisador sobre a região.

Nesta perspectiva, da luta pela independência, Mondlane teve um papel central na organização da FRELIMO, na medida em que, seus argumentos a favor da união das diferentes etnias da região resgatavam as raízes comuns das mesmas. A “Mensagem ao povo português” que encontramos em obra da própria FRELIMO (1975), deixa-nos perceber a influência de Eduardo:

(...) Para tentar destruir o nosso amor à liberdade, o vosso governo não hesita em massacrar o povo de Moçambique; Mueda em junho de 1960, Xinavane em fevereiro de 1961, são exemplos da bárbara reacção do governo colonial-fascista perante as legítimas aspeitações do povo do nosso povo (p. 20).

Segundo a obra *Datas e documentos da história da FRELIMO* (1975), em 25 de setembro tem início a luta armada de libertação nacional.

Em 1967, Eduardo publica um texto acerca das tribos e grupos étnicos moçambicanos e os significados dos mesmos no contexto da libertação nacional. Do nosso ponto de vista, este texto é precioso, pois, inicia pela definição de “grupo étnico”, para depois falar da história da África que explicitará a origem comum das diferentes etnias que hoje, e há tempos, lutam no território ocupado pelos portugueses. Vejamos esta passagem:

A facilidade relativa com que os portugueses conquistaram e construíram partes do nosso país desde o século XVI, a conquista do sul de Moçambique desde o século passado e a imposição de sua autoridade até 1964, foi em grande parte resultado das divisões tribais e

étnicas do nosso povo. Os portugueses, tendo-se apercebido da existência de contradições históricas e culturais entre nós, fizeram uso delas, lançando um grupo contra o outro, ou manobrando para que uma tribo não fosse em auxílio da outra que eles atacavam. Assim, usando a regra de “dividir para dominar” eles conseguiram sistematicamente destruir nosso poder político e conquistar toda a vastidão da nossa terra (...) Só na unidade dos vários grupos tribais é que o nosso povo teria conseguido resistir ao invasor europeu (FRELIMO, 1975, p. 36).

E ainda,

A FRELIMO é uma organização política nacionalista, composta por de elementos provenientes de todas as partes, de tribos ou grupos étnicos. (...) A Nação Moçambicana, como várias nações do Mundo, é composta por muitos povos com tradições e culturas diferentes, mas unidos por uma experiência histórica e o mesmo destino político, econômico e social, engajados na mesma tarefa sagrada – a de lutar pela sua libertação. (...) Não há antagonismo entre as realidades da existência de vários grupos étnicos e a Unidade Nacional. Nós lutamos juntos, e juntos reconstruímos e recriamos o nosso país, produzindo uma nova realidade – um Novo Moçambique, Unido e Livre. A luta continua! (FRELIMO, 1975, p. 39).

Entretanto, o lento avanço da libertação, acabou por provocar graves conflitos internos na FRELIMO - movimentos separatistas, divergências políticas sobre estratégias militares, desacordos a respeito do modelo de desenvolvimento econômico a ser adotado, dentre outras questões - especialmente, após a morte de Mondlane em 1969, chegando-se mesmo a cogitar o seu fim.

Ainda que rapidamente, consideramos que a Revolução dos Cravos , em 1974, com a primeira tentativa de derrubar a ditadura política de António de Oliveira Salazar, que havia iniciado em 1933 em Portugal, traz um novo ânimo aos militantes moçambicanos, e finalmente, com a queda deste governo em 25 de abril de 1975, a FRELIMO pôde intensificar a luta armada e fixar o dia 25 de junho de 1975 como dia da libertação nacional.

FRELIMO e Moçambique sem Mondlane: a independência e a guerra civil

Depois da morte de Mondlane, a FRELIMO passou a ser dirigida por um triunvirato constituído por Marcelino dos Santos, Samora Machel e Uria Simango. Samora Machel acabou por ganhar a corrida para a liderança da organização, Marcelino Simões ficou com a vice-presidência da FRELIMO e o último foi expulso da mesma.

De acordo com Brazula (1995), S. Machel confirmava como objetivo maior da FRELIMO o desafio da reconstrução de Moçambique por meio da construção de um Homem Novo, com “nova personalidade”, com mentalidade liberta do domínio do colonizador. Para Samora, esta fase exigiria de todos muito trabalho e sacrifício no interior de cada um dos moçambicanos e ainda em termos da formação de uma nação e de um Estado novo, situados ao nível das nações modernas, baseada na agricultura e na indústria.

Mazula (1995), entretanto, assinala que a Revolução perdia o sentido de sublevação popular violenta, de uma revolta contra o invasor estrangeiro, para significar mais mudança estrutural de longo prazo e atingindo todo o território de Moçambique. E ainda, de acordo com a visão de Machel, o processo dar-se-ia pelo desenvolvimento da ciência e da técnica.

Nesta direção, a escola assume papel de grande importância. Nela nasceria, o Homem Novo, capaz de combinar o ensino com o trabalho produtivo socialmente útil e a construção de uma sociedade moderna. Ou seja, o trabalho daria a dimensão de historicidade ao conhecimento e às ações humanas.

Nesta fase, muitos foram os avanços moçambicanos. Dentre eles, destacamos: a organização da guerrilha para neutralizar as tropas de

Portugal e a organização das zonas já libertadas da metrópole.

Pouco antes da libertação de Moçambique, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares, propôs à FRELIMO um cessar-fogo e a realização de um referendo para decidir se os moçambicanos (incluindo os moçambicanos de origem portuguesa) queriam a independência. Samora, por sua vez, recusou esta proposta e intensificou as operações militares a ponto de, em 7 de setembro de 1974, serem assinados acordos de paz para a formação de um governo de transição para Moçambique, que finalmente, veria-se livre de Portugal.

No âmbito da FRELIMO, inicia-se uma disputa entre Chissano e Machel para ocupar o cargo maior de dirigente do país. Junto com a aprovação da Constituição da República Popular de Moçambique, decidiu-se que Samora Machel seria o presidente do país.

Samora contava com o apoio do bloco socialista e, nesta perspectiva, nacionaliza a saúde, a educação e a justiça. Cria também a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE). Esta estabelecia o valor do aluguel de cada família baseado na soma dos rendimentos familiares da mesma. Destaca-se também que socializou o trabalho no campo que contou com grande apoio da juventude esperançosa moçambicana. Neste época também, surge a nova moeda moçambicana: o metical, que até hoje é usado.

Entretanto, apesar destes avanços, segundo Mazula (1995), um dos equívocos de Machel e da FRELIMO, neste período, foi a defesa de visão maniqueísta e positivista da relação entre educação, nação e cultura tradicional, sendo que esta última era excluída do universo estabelecido entre as outras. Dito de outro modo, a tradição e a modernidade são conceitos e processos disjuntos e excludentes.

E assim, à luz dos estudos de Mazula (1995), exceto as zonas

libertadas, controladas diretamente pela FRELIMO, a sociedade continuava “tradicional”, identificando-se em base de raça, de etnias, de línguas maternas e de religião.

Tantas foram as dissidências e tantos interesse internacionais que, de acordo com Peter Fry (2001), a FRELIMO – do recém-eleito Samora – não teve muito tempo para colocar em prática a eficácia de suas ações, pois, logo em seguida à Independência um movimento guerrilheiro, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), iniciou uma brutal guerra contra a organização que fora presidida por Mondlane. Essa recebeu o apoio do governo racista de Ian Smith, da Rodésia, e começou sua carreira sabotando a luta pela libertação do Zimbábue para que, em seguida, adotada pelas forças de segurança da África do Sul destruíssem a FRELIMO.

À luz de “O Espírito Santo contra o feitiço e os espíritos revoltados: "civilização" e "tradição" em Moçambique, Fry (2001), sabemos que neste período – Guerra Fria – a RENAMO procurou legitimar suas atividades em nome da “democracia”.

Neste contexto, cidades e sedes de distritos em Moçambique, que estavam nas mãos do recém-empossado governo de Moçambique, receberam milhares de refugiados. E ainda, sabemos que dezenas de milhares de pessoas foram mortas em combate, e centenas de milhares morreram de fome e doenças. Tanto que, conforme o estudioso Peter Fry (2001), em outra de suas obras, sabemos que apenas se locomovia no interior de Moçambique por via aérea. Milhares de mortos pela guerra, pela fome e por doenças associadas à guerra. 4 milhões de habitantes, de uma população de 15 milhões, estavam refugiados nos países vizinhos. E ainda, que “a única instituição colonial que, além de sobreviver, efetivamente se fortaleceu foi a língua portuguesa, mantida como língua oficial e energeticamente disseminada através de um programa de alfabetização em

massa” (Fry, 2001, p. 15).

De acordo com Passador e Thomaz (2006), a construção do citado regime socialista veio acompanhada por uma crescente falta de bens de consumo, da criação de um novo e brutal aparato repressivo e do início de um conjunto de conflitos que dariam origem a uma guerra entre irmãos: FRELIMO *versus* os caracterizados inicialmente como bandidos armados ou machangas, logo transformados em soldados da RENAMO. Foi uma guerra brutal e a vida de todos os moçambicanos foi duramente afetada.

A guerra civil em Moçambique durou até 1992 – data em que foi assinado o Acordo de Paz de Roma. Durante estes 16 anos de combate, grande parte da infra-estrutura de transportes foi aniquilada. As escolas e clínicas médicas, destruídas e a renda da nação estava em nível inferior àquele antes da Independência.

Desta forma, Moçambique nas mãos da FRELIMO e de Machel, se constituiu por um país com desigualdades na distribuição de renda; com poucos empregos, sem facilidades educacionais e de acesso à saúde, com taxa de analfabetismo próxima dos 100%, dentre outras características do atraso e da pobreza.

Neste contexto, muitos estrangeiros – com recursos para a reconstrução do país – acabaram por deixar o solo moçambicano, fato que fez com que muitas indústrias cessassem suas atividades ou as reduzissem ao mínimo.

De acordo com Mazula (1995), Samora fez política da boa vizinhança, especialmente como já destacamos com o bloco soviético, mas também, com seus opositores: Ronald Reagan (EUA); Pieter Botha (África do Sul), dentre outros.

Tendo em vista o insucesso desta administração com caráter

socialista, pouco a pouco, Samora aproxima-se do Banco Mundial, do FMI e privilegia alguns dos quadros do seu governo permitindo a estes acesso a bens de consumo que não estavam à disposição do povo moçambicano.

E, para coroar esta situação, em 19 de outubro de 1986, Samora Machel morre ao regressar de uma reunião internacional em Lusaka. Segundo seu biógrafo Iain Christie (1989), o Tupolev 134 em que seguia, junto com muitos dos seus colaboradores, caiu em Mbuzini, em território sul-africano, mas perto da fronteira com Moçambique.

Tal acidente foi atribuído a erros do piloto russo, “a tripulação estava embriagada com Vodka”, disse o ministro dos negócios estrangeiros sul africano, Pik Botha, mas ficou provado que este tinha seguido um radiofarol, cuja origem não foi determinada; isto levou a especulação sobre a possível cumplicidade do governo sul-africano, mas nunca se conseguiu provar.

Terminada a guerra civil em Moçambique, com a assinatura do Acordo de Paz de Outubro de 1992, o país inicia – mais uma vez, uma fase de reconstrução. Nesta, destaca-se o regresso voluntário de mais de 1,7 milhões de refugiados provenientes dos países de asilo vizinhos. Tiveram papel importante neste processo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Núcleo de Apoio aos Refugiados (NAR). Receber quase dois milhões de pessoas de volta, dispostas a trabalhar para e pela sua terra, não tem sido tarefa fácil, pois, como sabemos, há o desafio de inseri-los na sociedade moçambicana. Tal processo durou até o ano de 1995.

Segundo documento do ACNUR- Caminho da Reintegração/ Moçambique (1995), destacamos que a assistência prestada aos retornados não se limitou ao transporte a partir dos países de asilo até aos locais de origem. Os refugiados que abandonaram espontaneamente os países de asilo tiveram a possibilidade de obter transporte desde as zonas de trânsito em

Moçambique até ao seu destino final. E ainda, tal referência afirma que a maior parte dos retornados ocuparam as terras que lhes pertenciam. Instalados eram incluídos em plano de distribuição de alimentos e, na maioria das vezes, recebiam sementes e instrumentos para cultivar a terra.

Existiram também retornos programados tais como: Operação de Mutarara (transporte aos refugiados que se tinham instalado no Malawi, majoritariamente, sem condições de custear suas viagens de regresso); Operação de Milange (os grupos de retornados eram instalados, muitos com a saúde fragilizada, em ônibus de acordo com o seu destino final dentro do distrito de Milange); Movimento Organizado para Niassa e Cabo Delgado (uso de barcos para o repatriamento); Operação Pôr do Sol (repatriamento da Tanzânia); Repatriamento para as Províncias do Sul (transporte de moçambicanos em campos de refugiados para as Províncias de Gaza e Maputo), dentre outras.

Há que se ressaltar que, neste período, por meio de Projetos com Impactos Rápidos (QIPs), segundo o documento base deste texto, houve melhoramento das estradas, reparação e aumento das atividades de manutenção, a fim de conservar e continuar a abrir vias de acesso para as áreas de regresso. Além disto, tais projetos visavam principalmente permitir o aprovisionamento contínuo de comida nessas áreas e a construção de infra-estruturas rurais básicas nos setores da educação e abastecimento de água.

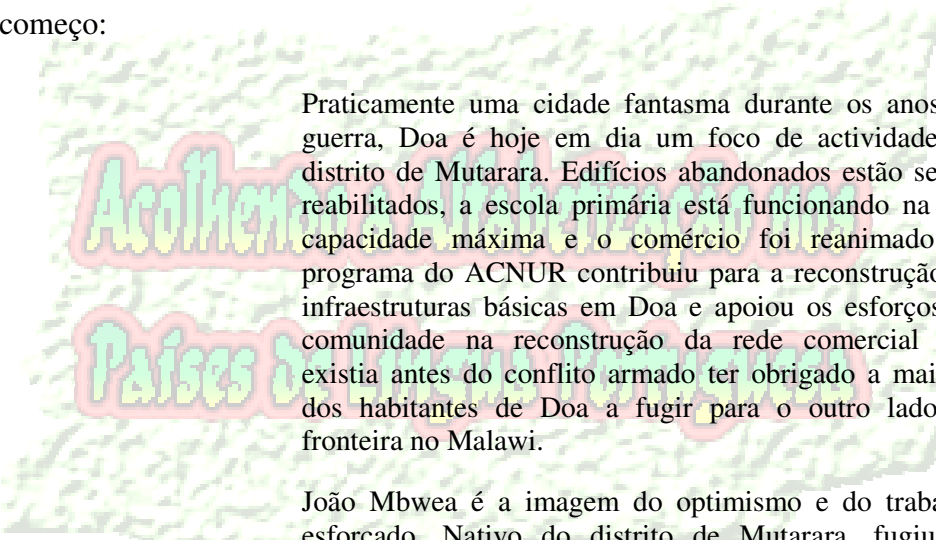
Ou seja, além do retorno voluntário para o país, Moçambique implementou várias atividades de reintegração, contemplados no Plano de Reconstrução Nacional, propostos, planejados e realizados em parceria do ACNUR com ONGs, órgãos governamentais e agências locais e provinciais.

A Estratégia de Reintegração do ACNUR em Moçambique não deixou de lado a área da saúde. Por isso, mais de 90 unidades de cuidados

primários de saúde foram construídas ou renovadas com fundos doados pelo ACNUR.

Com relação à área da educação, procurou-se promover o acesso equitativo das crianças em idade escolar na escola primária. Durante 1993 e 1994, o ACNUR financiou a construção ou reabilitação de mais de 415 salas de aula e de 87 casas para funcionários. Muitas escolas foram reabilitadas de modo a compreenderem um escritório para o professor, um armazém e, em alguns casos, dormitórios.

Vejamos o seguinte depoimento acerca da celebração de um Novo começo:



Praticamente uma cidade fantasma durante os anos de guerra, Doa é hoje em dia um foco de actividade no distrito de Mutarara. Edifícios abandonados estão sendo reabilitados, a escola primária está funcionando na sua capacidade máxima e o comércio foi reanimado. O programa do ACNUR contribuiu para a reconstrução de infraestruturas básicas em Doa e apoiou os esforços da comunidade na reconstrução da rede comercial que existia antes do conflito armado ter obrigado a maioria dos habitantes de Doa a fugir para o outro lado da fronteira no Malawi.

João Mbwea é a imagem do optimismo e do trabalho esforçado. Nativo do distrito de Mutarara, fugiu da violência que afligia a sua comunidade em meados de 1980 e mudou-se para o Zimbabwe, onde conseguiu ganhar a sua vida trabalhando numa padaria. Assim que ouviu falar da chegada da paz no seu país de origem, o João não pensou duas vezes em voltar para Moçambique e investiu todos os seus esforços na reconstrução de Doa. "Nunca tive nenhuma dúvida. Sabia que tinha que regressar e recomeçar a minha vida aqui. Também sabia que existe aqui potencial económico e que tudo o que temos que fazer é trabalhar duramente." Com as poucas economias que tinha posto de lado durante o exílio, o João instalou uma pequena padaria num edifício abandonado no centro de Doa. Recuperou uma sala onde ele mistura a massa de fazer pão, cobriu-a com um oleado e construiu um forno nas traseiras. Todas as tardes, ele prepara a massa, começa a cozer o pão ao pôr do sol e

por volta da meia noite tem trezentos pães prontos para vender. A procura do pão do João vai cada dia aumentando, visto que os retornados (que são a maioria dos residentes de Doa), continuam a chegar aos poucos à vila e o dinheiro começa a circular. "Terei que construir em breve um forno maior porque há mais pessoas a comprarem o meu pão," diz ele (ACNUR, 1996).

Conforme já destacamos acima, as Organizações não-governamentais se instalaram fortemente em Moçambique. Dentre elas citamos: Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo Niassa (ADPP); *Action Internationale Contre la Faim Sofala* (AICF); Associação dos Médicos para Ásia Gaza (ADMA); Comissão Americana para os Refugiados Tete (ARC); *CARE International*; CARITAS; CEAR/AMRU; CEMIRDE; Médicos sem Fronteiras; Assistência Holandesa aos Refugiados Zambézia (ZOA); Conselho Cristão de Moçambique (CCM); Cruz Vermelha e muitas outras.

O país, nesta fase também, contou com a ajuda de diversas agências e organizações internacionais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas, o Programa Mundial para Alimentação (PMA) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Os dias atuais: e a luta de Mondlane continua!

Apesar das inúmeras ajudas, Moçambique – país com altíssima dívida externa – não alcançou qualidade de vida para a sua população.

De acordo com Caccia-Bava e Thomaz, “A pirâmide populacional de Moçambique nos mostra um número grande de crianças e jovens com afunilamento da pirâmide conforme o avanço da faixa etária. Altas taxas de natalidade, altas índices de mortalidade, número assustador referente à morte de crianças nos primeiros meses de vida e da morte da mãe no parto, AIDs e falta de assistência médica” (FRY, 2001, p.23).

No trabalho do referido autor moçambicano, encontramos vários dados quantitativos que retratam claramente a situação. The World Population Prospects, 1998, Revision, ONU, apresenta que a expectativa de vida ao nascer no período de 1990-1995 foi de apenas 48,1 anos.

Desta população, segundo dados do II Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1997, INE, sabemos que 99% da população é negra. E que, neste contexto, muitos reivindicam sua moçambicanidade. Apesar desta cifra, vejamos a afirmação de Caccia-Bava e Thomaz:

Insistimos, contudo que a diminuta presença demográfica de não-negros no país não deve nublar sua importância social e cultural: brancos, mestiços, indianos e paquistaneses de nacionalidade moçambicana continuam desempenhando papel-chave na burocracia estatal, em instituições como a universidade, e no comércio e na produção (Apud FRY, 2001, p.33).

De acordo com II Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1997, INE (Caccia-Bava e Thomaz, 2001, p. 33), entre os moçambicanos, a taxa de analfabetismo é de 60,5%. Mais alarmante ainda é este índice quando nos referimos às mulheres em zona rural: taxas superiores a 90%.

No contexto educacional, a diminuição do número de pessoas, conforme se avançam os anos de escolarização, é brutal. Em termos de graduação e pós-graduação, há uma grande saída de moçambicanos que partem para estudar em Portugal, África do Sul e Brasil.

“No âmbito educacional, os desafios aqui são imensos pois há que se enfrentar não apenas as precárias estruturas deixadas pelo período colonial, ou os problemas advindos das guerras moçambicanas: trata-se dos universos geralmente definidos como 'tradicionais' (...) Sabemos que, em muitas regiões do país, há imensas dificuldades em convencer os pais da criança sobre a importância do ensino regular para as meninas (...)”(Caccia-Bava e

Thomaz apud Fry, 2001, p. 40).

A maioria dos habitantes de Moçambique vive na zona rural. Sendo que tanto nesta como na zona urbana, há a predominância de habitações em palhotas, 85%.

Outros dados ressaltados por Caccia-Baca e Thomas devem ser observados para visualizar Moçambique nos dias de hoje. Vejamos: 91,7% da população não tem acesso à rede elétrica; 66%, não tem latrina; 2,2% da população tem descarga em seus banheiros. Ainda em termos estatísticos, sublinhamos que de acordo com o Recenseamento de 1977, 28,2% em idade para ser economicamente ativa, não se encontra inserida no mercado de trabalho. E ainda, 80% da população economicamente ativa trabalha na zona rural.

Destacamos ainda, do ponto de vista quantitativo, que a língua mais falada no país é o emakuwa. O português é falado por apenas 8,8% da população e é língua materna de apenas 6,5% da mesma.

Apesar das cifras serem baixas no domínio do português, é provável que as mesmas venham a crescer, tendo em vista: a imprensa escrita, a televisão, o rádio, ONGs, dentre outros meios de comunicação. E, neste contexto, de acordo com os citados autores, Caccia-Baca e Thomaz, explicitam a importância dada à língua portuguesa. Ela é considerada língua de prestígio e a que dá acesso aos postos públicos e burocráticos e à ascensão social, claro que devidamente "moçambicanizada". Entretanto, hoje os moçambicanos controlam esta língua, fazendo-o sua.

Os mesmos autores, quando abordam o tema da religiosidade atual moçambicana, destacam que este universo pode ser dividido em três grupos: o cristianismo (católicos, protestantes e zionistas), os islamistas e ainda as práticas religiosas tradicionais. Atualmente, ainda, um quarto grupo se

forma. Trata-se da entrada dos evangélicos, sobretudo brasileiros, por meio da "Igreja Universal do Reino de Deus", "Igreja Deus é Amor", dentre outras, sendo que essa conta com o apoio da Rede Record de Televisão, também brasileira.

Para finalizar estes apontamentos acerca da atualidade de Moçambique, destacamos, ainda que rapidamente, as relações entre a mais forte economia mundial e esse país.

Podemos observar na capital moçambicana, a presença econômica chinesa. Por exemplo, citamos a construção do edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, o centro de conferências Joaquim Chiassano ou o projeto do estádio nacional, com capacidade para 42 mil pessoas, orçado em 30 milhões de euros, segundo a imprensa cotidiana.

De acordo com reportagem da Agência Lusa, de 29/01/2007, a China pretende entrar de forma mais contundente na economia moçambicana. A forte economia asiática, que já atua em diferentes áreas, desde a construção civil à exploração das minas de cobre, carvão e alumínio, pretende inserir-se na produção de energia elétrica construindo a barragem em Mphanda Nkuwa no rio Zambeze. De acordo com a referida reportagem, o *Export -Import Bank of China* já aprovou, de resto, o financiamento da obra, avaliadas em 1,5 mil milhões de euros.

Ou seja, Moçambique com seus 39 rios que desembocam no Índico, Moçambique é cobiçado pelos investidores externos. Não nos esqueçamos que além desta potencialidade, outros recursos são desejados, tal como o carvão, o petróleo e o gás. E, neste contexto, a empresa brasileira Vale do Rio Doce faz sentir sua presença e competitividade.

Ainda com relação à preocupação chinesa relativa ao país de Mondlane, no setor das obras públicas, diz-nos a Agência Lusa (2007), a

China Henan International Cooperation Group marca também forte presença, sendo emblemática a re-construção da ponte da Moamba (Maputo), uma empreitada que deverá estar pronta em 18 meses e deverá custar 6,1 milhões de euros. Ao lado desta grande obra, a reabilitação da estrada nacional 6, que liga a cidade da Beira à vila de Machipanda (província de Manica), deve ser pontuada.

A China também incluiu Moçambique como âmbito dos empréstimos do Fundo Sino-africano, por meio do qual, recebe empréstimos preferenciais.

Resumindo, no início de Novembro de 2000, na primeira cimeira de líderes do Fórum de Cooperação Sino-Africana (FOCAC, na sigla em inglês), que reuniu em Pequim 48 chefes de Estado e Governo de países africanos, Hu Jintao – presidente do país - prometeu que a China duplicará até 2010 as trocas comerciais com os países de África e que nos próximos três anos concederá empréstimos e abrirá linhas de crédito à exportação, avaliadas em cinco mil milhões de dólares.

Há que se registrar também, sempre baseados na referida reportagem, que na sua visita a Moçambique, no início de fevereiro deste ano, por meio das trocas comerciais entre estes dois países, e ainda por meio das “ajudas”, o excedente comercial dos asiáticos chegou a quase 12 milhões de euros somente no ano de 2005.

A agricultura também não deixará de ser poupada, interferência claramente expressa pela próxima inauguração por Hu Jintao do Centro Especial de Demonstração de Tecnologia Agrícola, parte dos dez que Pequim irá construir em África.

Finalmente, apesar de que sabemos dos inúmeros aspectos acerca de Moçambique, no século XXI, destacaremos três temas: 1- As minas

terrestres e, 2- O tráfico de pessoas; e, 3- A Aids.

Minas terrestres

Moçambique é um dos países mais minados do mundo, desde 1965, com sua utilização em Cabo Delgado, até se espalhar por todo o território e permanecer até os dias atuais.

O Relatório Monitor de Minas Terrestres 2006: Por um mundo livre de minas, “Moçambique”, feito pelo *Landminer Monitor, International Campaign to ban landmines* (2006), tem informações relevantes para compreendermos a situação vivenciada hoje neste país, pós-Mondlane.

Segundo tal documento,

Moçambique está afectado por minas terrestres e por engenhos explosivos não detonados (UXOs) resultado do conflito de cerca de 30 anos terminado em princípios de 1990. De 1964 a 1975, a luta pela independência levou à implantação de barreiras de minas pelo colonialismo português ao longo da fronteira com a Tanzânia, bem como plantação de minas esporádicas das estradas e atalhos pelos insurgentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Da independência, em 1975, até 1992, a FRELIMO, que se tornou partido no poder após a conquista da independência, foi violentamente oposta pela Resistência Nacional de Moçambique usou minas terrestres em larga escala, de forma a proteger infra-estruturas económicas e, por sua vez, a RENAMO também as usou para interditar estradas e rotas de abastecimento. Quer a FRELIMO quer a RENAMO também plantaram minas antiveículos nas estradas, pontes, travessias sobre rios para interditar movimentações o que prejudicou a economia do país.

Entretanto, o ano de 2005 apresentou alta do número de vítimas, já que ocorreram 57 novas vítimas de minas e UXOs em 20 incidentes e três acidentes de desminagem. Vinte e um civis foram mortos e 31 feridos, incluindo 13 mulheres e 15 crianças. Cinco sapadores estiveram envolvidos em três acidentes, (dois mortos e três feridos) quando comparado com os

daos de 2004.

Outra característica deste holocausto é que as mulheres e as crianças perfizeram mais de 50 por cento de vítimas civis. Segundo o relatório aqui utilizado, a maioria dos incidentes ocorreu durante atividades agrícolas, mas muitos dos incidentes envolvendo crianças ocorreram quando brincavam com os engenhos explosivos.

Destacamos que o povo moçambicano além de ter esta preocupação – opção de morte – também precisa se preocupar com aqueles que são atingidos pelas vítimas e ficam mutilados, Ou seja, o desafio que se coloca é a inserção destas pessoas na vida econômica ativa do país.

De acordo com o Relatório de minas terrestres (2006), os programas de assistência aos sobreviventes das minas enfrentam grandes dificuldades devido à insuficiência de recursos financeiros; as necessidades dos sobreviventes ultrapassam grandemente a capacidade de assistência prestada. Isto porque as infra-estruturas sanitárias moçambicanas foram gravemente danificadas durante os cerca de 30 anos do conflito armado e pelas cheias do ano 2000. Ajunte a esta situação a inexistência da prestação de primeiros socorros nos centros de saúde locais, situação insuportável para 72 por cento das pessoas que vivem a uma distância de mais de uma hora de caminhada para o centro de saúde mais próximo.

No âmbito dos serviços de reabilitação, a situação não poderia ser melhor: Moçambique possui 10 centros ortopédicos, 60 centros de fisioterapia e 10 centros de trânsito especialmente concebidos para albergar pessoas portadoras de deficiência com o tratamento em curso. O governo através do MISAU, opera nove centros ortopédicos. Todos os centros ortopédicos do governo se localizam nas capitais provinciais, distantes das áreas afectadas por minas, tornando o seu acesso mais difícil para as populações rurais” (Relatório, 2006).

Com certeza, não foi por este mundo que Mondlane lutou!!!!

Tráfico de pessoas

De acordo com o Documento de Orientação Tráfico de Pessoas, em Moçambique: Causas Principais e Recomendações, sabemos que tal comércio é feito preponderantemente às custas de mulheres e crianças, já que a estas faltam o reconhecimento de direitos e se encontram em situação marginalizada e discriminatória. Não nos esqueçamos, entretanto, do uso dos jovens do sexo masculino para o tráfico de órgãos, exploração sexual e trabalhos forçados.

Tal atividade comercial, no contexto da globalização, tem formas chocantes orientada pela procura de mão-de-obra barata e sexo comercial. Moçambique é um dos dez países que participam deste “nicho” de mercado: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, dentre outros.

O destino principal destas pessoas é África do Sul, em seguida, destaca-se a Europa, e ainda, o Oriente Médio. Ou seja, é prática transnacional.

De acordo com o referido documento ainda, a pobreza é a principal causa deste comércio, pois empurra a população marginalizada para as redes de traficantes pertencentes a extensas redes criminosas

São apontadas medidas para o combate deste fenômeno transnacional apoiadas especialmente pelas ONGs em território moçambicano.

Os números, neste contexto são estarrecedores: em 2004, cerca de 600,000 a 800,000 mulheres e crianças foram traficadas através de fronteiras internacionais. Destas, aproximadamente 80% são mulheres e até cerca de 50% são crianças menores. E, ainda, pontuamos uma outra cifra apontada neste documento a partir de dados coletados pela ONU: em torno

de 4 milhões de pessoas são traficadas anualmente no mundo. Destas, 1.200.000 são crianças.

Estes seres humanos são traficados para vários fins: exploração sexual, tornarem-se pedintes, como mão-de-obra explorada e insuficientemente paga nas indústrias, nos trabalhos agrícolas, na manufactura, na construção, nos serviços domésticos e para extração de órgãos humanos. Todas estas atividades relatadas neste documento (2006) estão ligadas às redes e sindicatos criminosos com relações estreitas com o tráfico ilegal de armas, drogas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção política, etc, com um lucro anual de, aproximadamente, 10 bilhões de dólares norte-americanos por ano. Muitas vezes, ressalta-nos a mesma fonte, as redes de crime organizado envolvidas no tráfico de pessoas são altamente estruturadas, flexíveis e reagem positivamente às exigências do mercado, aproveitando-se das fracas estruturas estatais, atuando paralelamente por meio da substituição da função do estado nas estruturas básicas da população. Obviamente, que a indústria de sexo e o turismo sexual se encontram localizadas no seio de todos estes processos.

Como Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, depende de grande ajuda estrangeira, constitui-se assim país de origem, trânsito e destino para o tráfico de pessoas.

AIDS

De acordo com a obra, *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 1996-97*, de Ashu Handa; Farizana Omar e Maimuna Ibraimo, Moçambique possui um sistema precário e desorganizado de saúde. Aliada a esta situação, conforme nos referimos, a história moderna deste país é marcada pela guerra que deixou danos materiais e humanos além de uma base educacional fraca para a recuperação econômica do mesmo. Nesta direção, os dados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) sobre as Condições

de Vida em Moçambique feito em 1996/97, mostram-se bastante apropriados para os fins deste livro.

Dentre outras considerações, a baixa escolaridade influencia diretamente nas questões pertinentes à saúde, deixando a população extremamente vulnerável frente a inúmeras doenças que afetam grande número da população moçambicana: malária e tuberculose, pneumonia, doenças infantis e AIDS. Neste sentido ainda, há a preocupação com educação de adultos, pois estes são os responsáveis por si mesmos e também pelas gerações mais novas, como por exemplo, tomar vacinas, obter informação antropométrica (altura e peso), fazer cartões de saúde, dentre outras medidas preventivas e curativas.

Mais especificamente, a referida obra nos mostra que a mãe é a principal responsável por estes cuidados, enfatizando a necessidade da conscientização da necessidade da escolarização das mesmas, sobretudo nos meios rurais em que há mais resistência, do ponto de vista cultural, e menos condições econômicas.

Segundo Passador e Thomaz (2006), além das questões educacionais acima propostas, outras merecem destaque para a compreensão da situação do país. Dentre elas, destacamos a “sexualidade” que, tanto na imprensa como nos textos dos missionários católicos e protestantes do final do século XIX e XX, é associada à “falta de regra”.

Tal desregramento tem sido associado à promiscuidade, especialmente dos mineiros moçambicanos que trabalham na África do Sul, distanciados do universo familiar e, portanto, criando novas formas de sexualidade.

Entretanto, como bem nos relembram estes autores, associar epidemia da AIDS à veiculação deste tipo de informação é generalizante e

equivocado, demonstrando, mais uma vez, uma visão etnocêntrica ocidentalizada e preconceituosa da vida sexual moçambicana.

Utilizando slogans ambíguos, com conteúdo sexualizado e erotizante, a promoção do preservativo acabou por produzir rumores, disseminados por pastores e fiéis das igrejas pentecostais, sobre uma associação entre a introdução dos preservativos com a expansão da epidemia, relacionada à prostituição e à “promiscuidade”, geradas pela crise econômica no pós-guerra civil (resultante dos ajustes estruturais econômicos promovidos pelo Programa de Reabilitação Econômica a partir de 1987, fruto de acordo com o Banco Mundial e o FMI). O resultado foi a disseminação da idéia, inclusive entre não pentecostais, de que a campanha em favor do uso de preservativos incentivou a promiscuidade e a prostituição, ajudando a introduzir o HIV/AIDS em território moçambicano. O que se seguiu foi uma verdadeira inversão prática da proposta inicial da campanha: a rejeição ao uso de preservativos. Entre uma parcela significativa da população, sendo o não-uso visto como uma forma de prevenção contra a transmissão do HIV (PASSADOR e THOMAZ, 2006, p. 21).

Por outro lado, acrescentam estes estudiosos, as ações ditas de controle da epidemia também podem ser consideradas como uma espécie de neocolonialismo, especialmente porque tem sido implementadas por estrangeiros que, muitas vezes, não percebem que as campanhas de prevenção que têm realizado, não tomam em consideração as representações e interpretações que os diferentes grupos que compõem Moçambique tem acerca do seu corpo e dos seus fluidos. Observe a passagem abaixo:

É muito freqüente em Moçambique escutarmos que os indivíduos afirmam a inexistência do HIV/AIDS quando confrontados com narrativas hegemônicas sobre a doença: essa descrença não deve ser tratada como mera ignorância da população, mas antes como a ineficácia do aparato propagandístico e pedagógico posto em marcha nos últimos anos. Todavia, a associação da degradação física e da doença com acusações de feitiçaria, longe de ser residual, parece ser sistêmica. A percepção da doença estaria ligada, assim, às relações cosmológicas, de vizinhança e de parentesco, universos difíceis de

penetração por parte de indivíduos e ONGs que têm a cabeça pré-moldada quanto ao que deve ser feito na luta contra a doença (PASSADOR e THOMAZ, 2006, p. 13).

Ou ainda, muitos dos trabalhos que são financiados em Moçambique para combater a AIDS insistem na abstinência sexual e na fidelidade monogâmica ao invés dos matrimônios precoces e poligâmicos.

Apesar dos debates que claramente aqui se coloca, Passador e Thomaz (2006) observam que os corredores pelos quais se deslocavam os refugiados e os repatriados pós-guerra civil, apresentam os maiores índices de incidência da doença. Assim, as regiões do Chimoio, Beira e Tete, na região central, assim como o corredor de Nacala, no norte do país, estão em evidência.

Acrescentam ainda os citados autores que a epidemia da AIDS em Moçambique não pode ser compreendida em si tendo em vista a permeabilidade das fronteiras dos países da África austral, neste caso, e em outras regiões do continente já que é nele que se concentra o maior número de pessoas vivendo com esta doença no planeta.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em torno de 30 milhões de pessoas, sobre um total de 46 milhões, vivem com AIDAS até o ano de 2003, e destes, a grande maioria vive na região subsaariana.

Apesar disto, Moçambique é o país “menos” infectado pela doença até esta data, e, não por isso, é aquele que apresenta o pior prognóstico neste sentido, tendo em vista a pobreza, a fome e a malária. Assim, hoje, aliados a estes fatores, temos que a região de Tete, Manica e Gaza são as que se encontram em posição mais vulnerável, sobretudo por serem regiões de fronteira com a África do Sul e com o Zimbábwe.

Neste contexto, relacionando os aspectos e dados aqui apresentados, não é de se estranhar que a transmissão materno-infantil é responsável por

10% das infecções e o alto número de órfãos em Moçambique, sendo que, na zona rural, é relativamente inferior o número de mulheres que sabem da doença quando comparado com o número de homens e ou com o de homens e mulheres da zona urbana do país. Ou seja, a população feminina e rural é a mais vulnerável e a epidemia é feminizada (PASSADOR e THOMAZ, 2006).

Resultante desta situação temos que a expectativa de vida para 2010 no país é de 50,3 anos (sem a epidemia AIDS) e 36,5 (com a epidemia), inclusive porque uma enorme parte dos infectados não tem acesso à medicação necessária. Em suma, a AIDS é doença da mobilidade, do ir e vir não se reduzindo a questões de culturais e sexuais.

Considerações finais

Neste momento, à luz do exposto ao longo deste trabalho, podemos afirmar que Eduardo Mondlane faz parte do imaginário moçambicano como herói nacional, apesar das tentativas de desconstrução desta figura tanto por poderes locais contrários originalmente às idéias de Mondlane e de seus partidários, e ainda, e das próprias características do período histórico em que vivemos, “pós-modernidade” – aqui poderíamos realizar uma extensa discussão, mas não é este o propósito do nosso livro, por isso, passamos adiante – dentre elas: a rapidez, a fuidez, as mudanças e transformações contínuas que promovem mais facilmente o nascimento de “ídolos” – com carreiras meteóricas, e portanto, mais interessantes para o mercado pois produz mais e mais rapidamente para o maior número de consumidores possíveis – do que contribuem para a criação de e manutenção dos “heróis”, nacionais ou não, que têm como característica básica, ser único e duradouro.

Conforme procuramos demonstrar, as autobiografias de Mondlane, especialmente àquela em que ele trata da revelação que sua mãe fez para ele antes de morrer, em que afirmou que ele nasceu para ser um líder, do nosso

ponto de vista, é a origem do “herói nacional” Moçambicano.

Após deste nascimento do herói, todos os documentos com os quais tivemos contato, não por acaso feitos e divulgados pela FRELIMO, trataram de mostrar a ligação que Mondlane tinha com o povo africano, de um modo geral, e especificamente com a nação moçambicana que surgia graças à dominação portuguesa naquele território.

Não há dúvidas, até onde conhecemos, de que a própria FRELIMO construiu o herói Mondlane e que esta memória será mais bem preservada desde que a mesma se mantenha no poder. Ou seja, Eduardo é suscetível às condições históricas e é peça estruturante do povo que vive no país chamado Moçambique.

Ainda, na direção de perceber a viabilidade da continuidade de Eduardo Mondlane como herói nacional em Moçambique, é interessante observar as bandeiras do país e da FRELIMO. Parece-nos que com o passar destes últimos 40 ou 50 anos, as mesmas afastam-se dos ideais de Mondlane conforme apresentamos anteriormente.

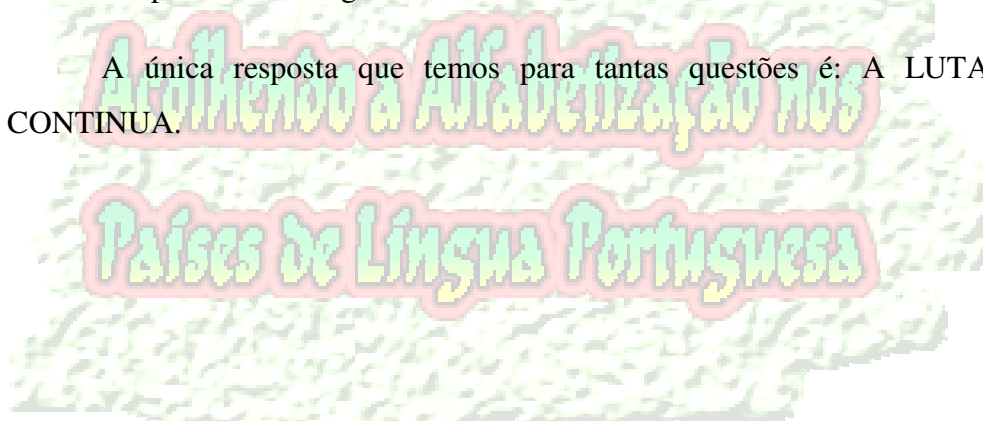
Com relação ao aprendizado da Língua Portuguesa, aproximadamente, apenas 6,5% dos 40% de falantes da Língua Portuguesa a tem como língua materna, fato que promove a desigualdade escolar e social do país (PNUD, 2000). E ainda, além deste fator que inviabiliza o sucesso escolar da maioria dos alunos, os poucos privilegiados do país têm acesso às inúmeras escolas de língua estrangeiras, especialmente o inglês e na capital, para que possam relacionar-se com o mundo da anglofonia e, assim, por exemplo, conseguirem continuar estudos de pós-graduação na África do Sul, Inglaterra ou nos Estados Unidos.

Finalmente, e ainda inspirados pela história de Mondlane e de Moçambique: qual o auto-conceito que os seres humanos em situação social

privilegiada terão de si mesmos sabendo o preço que pagam milhões de crianças, jovens para que os mesmos continuem a ter “sua qualidade de vida”? Chegarão estes poucos privilegiados a se apreciarem reciprocamente ou saberão que logo ao seu lado, um como ele, que permite a morte de milhões de inocentes para conversar seus privilégios, fazer o mesmo com ele? Conseguiremos, nós seres humanos do século XXI, dormir? Ou por que sentimos fome ou porque o nosso próprio companheiro pode terminar com nossa vida, talvez para ficar com o seguro de vida?

Mais um pouco, agora no que diz respeito às questões educacionais: até que ponto os professores suportarão com seus miseráveis salários saberem que promovem a exclusão escolar e social e que nem mesmo por seus filhos podem fazer alguma coisa?

A única resposta que temos para tantas questões é: A LUTA CONTINUA.



Referências bibliográficas

Livros, artigos e teses.

CACCIA-BACA, Emiliano de Castro e THOMAZ, Omar Ribeiro (2001). **Moçambique: dados em movimento**. In: Moçambique: Ensaio. Prefácio de Ken Wilson. Apresentação de Peter Fry. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

CHAVES, Rita (2005). **Angola e Moçambique - experiência Colonial e Territórios Literários**. São Paulo, Editora: Ateliê.

CHRISTIE, Iain (1989). **Samora Machel: A Biography**. London: Zed Press.

FRY, Peter (organizador) (2001). **Moçambique: Ensaio**. Rio de Janeiro, Editora da UERJ.

HANDA, Ashu (Org) (1988). **Capital Humano e Bem-Estar Social em Moçambique**. Pobreza e Bem-Estar em Moçambique 1996-97. Ministério do Plano e Finanças. Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares. Dezembro 1998. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/portug/pubs/books/part1.pdf>>.

MATSINHE, Cristiano (2001). **Biografias e heróis no imaginário nacionalista moçambicano**. In: Moçambique: Ensaio. Prefácio de Ken Wilson. Apresentação de Peter Fry. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

MAZULA, Brazão (1995). **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Lisboa: Edições Afrontamento.

PASSADOR, Luiz Henrique e THOMAZ, Omar (2006). **Raça, sexualidade e doença em Moçambique**. In: Estudos Feministas, Florianópolis: 14(1): 263-286, janeiro-abril/2006.

SILVA, Dilma de Melo (1984). **Os bijados da Guiné-Bissau: subsídios para o estudo da transformação econômica tradicional e seus impactos culturais**. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. Orientador: Ruy Galvão de Andrada Coelho. Ano de Obtenção: 1984.

Documentos, relatórios

A Caminho da Reintegração, 1993/1995 Retrospectiva, preparado por ACNUR Moçambique, Junho 1995 (Towards Reintegration, Mozambique

1993-1995 - prepared by UNHCR Mozambique, June 1995).

MOÇAMBIQUE. **Relatório sobre metas de desenvolvimento do Milênio.** Maputo, 2005.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. **Plano curricular do ensino básico: objetivos, política, estrutura e plano de estudos.** Maputo: MINED/ INDE, 1999.

MOÇAMBIQUE: **Análise de Pobreza e Impacto Social (PSIA): admissão e retenção no ensino primário: o impacto das propinas escolares.** Maputo, 2005.

MOÇAMBIQUE. **Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta em Moçambique.** Maputo, 2001.

NGUNGA, A. **Línguas nacionais no ensino oficial.** In: UNITED NATIONS

DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Relatório Nacional de Desenvolvimento**

Humano de Moçambique, 2000. Maputo, Moçambique: PNUD, 2000. p.40-41.

ONU - United Nations, **Department of Economic and Social Affairs: World Population Projections to 2150,** 1998.

Programa e estatutos, **Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO pela FRELIMO,** Maputo, 1975.

História de Moçambique by FRELIMO. **Séries: Libertação dos povos das colônias,** Porto, 1971.

Sites visitados

<http://www.macua.org>

<http://www1.ci.uc.pt>

<http://www.agencialusa.com.br>

<http://www.icbl.org/lm/2006/mozambique.pt.pdf>

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147846POR.pdf>

<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/rdh2000/default.asp>

Autobiografias de Mondlane, Obra da FRELIMO de 1975.

- *Chilango: filho de chefe.* Escrito a pedido de um amigo de infância. Foi lançada na Suíça, numa versão em francês, sob o codinome C. Khambane e A-D. Clerc para manter a distância das investigações da polícia em Moçambique.
- Carta autobiográfica escrita por Mondlane, escrita em tsonga em 1961, a pedido do Pastor Macave, e em Changane por um pastor da Igreja Presbiteriana de Moçambique.
- Autobiografia escrita e apresentada pela FRELIMO (1975) em que apresenta seu posicionamento acerca da opressão colonial.

Autora

Nilce da Silva

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Contato: nilce_da_silva@hotmail.com ou nilce@usp.br

Como citar este artigo:

SILVA, Nilce. **Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI.** Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 6, 2009. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>. Publicado em: março 2009.

Recebido em maio de 2008/ Aprovado em junho de 2008